



ESPAÇOS DE LAZER E CONSUMO E A SENSACÃO DE INSEGURANÇA NO BAIRRO DA MARAMBAIA EM BELÉM-PA

Heliton Mendes Brito

Universidade Federal do Pará

helitonmendes14@gmail.com

João Victor de Oliveira Palmeira Campos

Universidade Federal do Pará

joaovictorcampos17@gmail.com

Rovaine Ribeiro

Universidade Federal do Pará

rovainehagn@gmail.com

RESUMO:

Dentro da lógica capitalista, o espaço urbano constitui-se como uma mercadoria necessária para a reprodução deste onde o consumo tem aí grande relevância ao pautar as diversas formas nas quais o capital concebe esse espaço sempre em busca de acumulação. Sendo então o espaço urbano um reflexo material da sociedade em uma de suas dimensões, diversos são os fatores que retrataram as relações sociais no cotidiano das cidades. Chama-se a atenção em especial para a influência do medo da violência urbana como um aspecto expressivo na compreensão desta dimensão para o funcionamento das relações de consumo na cidade. Assim, este texto busca compreender a relação entre o consumo nos espaços de lazer e a sensação de insegurança no bairro da Marambaia em Belém-PA, bem como as transformações no cotidiano e usos do espaço a partir da violência urbana e o papel do Estado na promoção da cidadania.

Palavras-chave: consumo; insegurança; Belém.

GT 4 - Economia urbana, trabalho, comércio e consumo

INTRODUÇÃO

Este texto trata da relação entre os espaços de lazer e consumo e as transformações na vida cotidiana dos sujeitos a partir da violência no bairro da Marambaia em Belém, Pará. Em que pese a dimensão da cidadania, tal como apontou Santos (2007), e do papel do Estado na promoção de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a segurança, educação, emprego e renda. A ausência de tais políticas, aparecem no âmbito dos resultados dessa pesquisa, relacionadas a certa privatização do uso e consumo dos espaços públicos, na medida em que demonstram a partir dos dados apresentados, que a amenização da violência no bairro estaria associada a privatização da segurança pública e ao uso de espaços de lazer privados.

Santos (2007), ao tratar da dimensão da cidadania, no caso brasileiro, aponta para uma importante distinção no contexto do modo de produção capitalista, qual seja, as noções de cidadão e de consumidor, que no caso específico dessa pesquisa, vão marcar também, uma distinção entre os diferentes usos do espaço no bairro e no cotidiano dos seus moradores, aqui tratados na perspectiva de sujeitos consumidores.

Harvey (1980), destaca as noções de equidade e justiça social e o papel do Estado. Tais noções referem-se ao modo como, na produção do espaço urbano no contexto capitalista, este espaço é marcado pelas contradições sociais que nele se reproduzem, a partir da relação capital e trabalho sob a mediação do Estado. Assim, a pesquisa realizada, aponta para a maneira como a produção do espaço no bairro da Marambaia, também demonstra tais contradições, na medida em que se constitui como um bairro na periferia da cidade, e como tal, marca as contradições sociais no cotidiano dos seus moradores.

Nesse sentido, esse texto busca compreender a relação entre o consumo nos espaços de lazer e a sensação de insegurança no bairro da Marambaia em Belém-PA, bem como as transformações no cotidiano e usos do espaço a partir da violência urbana e o papel do Estado na promoção da cidadania.

Para tanto, foi realizada aplicação de formulários (num total de trinta e nove (39)) junto aos moradores/consumidores do bairro no intuito de entender as transformações no cotidiano dos sujeitos a partir de espaços de lazer e consumo, como bares e restaurantes. A pesquisa apontou que, em certa medida, a dimensão da violência transformou o cotidiano dos sujeitos principalmente no que tange a circulação e o consumo nos diferentes espaços do bairro, e ainda que a provável solução, apontada pelos sujeitos está voltada a privatização da segurança e ao aumento de

policiamento no bairro e na cidade de modo geral, e o papel das políticas públicas não foi relacionado, no que concerne a uma possível mudança na estrutura social e nos diferentes usos do espaço urbano.

2 ESPAÇOS DE LAZER E CONSUMO E A SENSACÃO DE INSEGURANÇA

2.1 O BAIRRO DA MARAMBAIA

O bairro da Marambaia é um dos nove bairros que compõem o distrito administrativo do Entroncamento (DAENT), localizando-se próximo à entrada/saída territorial da cidade de Belém por via da BR-316. Segundo a Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP):

... o bairro compreende a área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Av. Pedro A. Cabral com a Av. Júlio César, segue por esta até encontrar o Canal São Joaquim, flete à direita e segue por este até a Rua da Marinha, dobra à direita e segue por esta até a Rod. Augusto Montenegro, dobra à direita e segue por esta até a Av. Pedro A. Cabral, dobra à direita e segue por esta até o início da poligonal (BELÉM, 2019).

Sobre a história da Marambaia, a SEGEP aponta que no início, o bairro era um grande lote de terras pertencentes ao Sr. João Baltazar, que concedeu a diversas famílias a possibilidade de construir moradias no local. Sua ocupação ocorreu aliada a expansão da cidade de Belém, por via da Estrada de Ferro que passava na Avenida Tito Franco (hoje avenida Almirante Barroso), fato que estimulou o aumento populacional naquela área de várzea por pessoas vindas dos centros, principalmente uma população considerada pobre.

Num segundo momento, o local onde hoje se encontra o bairro, serviu para alocação de famílias remanejadas do centro da cidade, no processo da macrodrenagem da bacia das Armas realizada na década de 1960, conforme aponta Leão (2013):

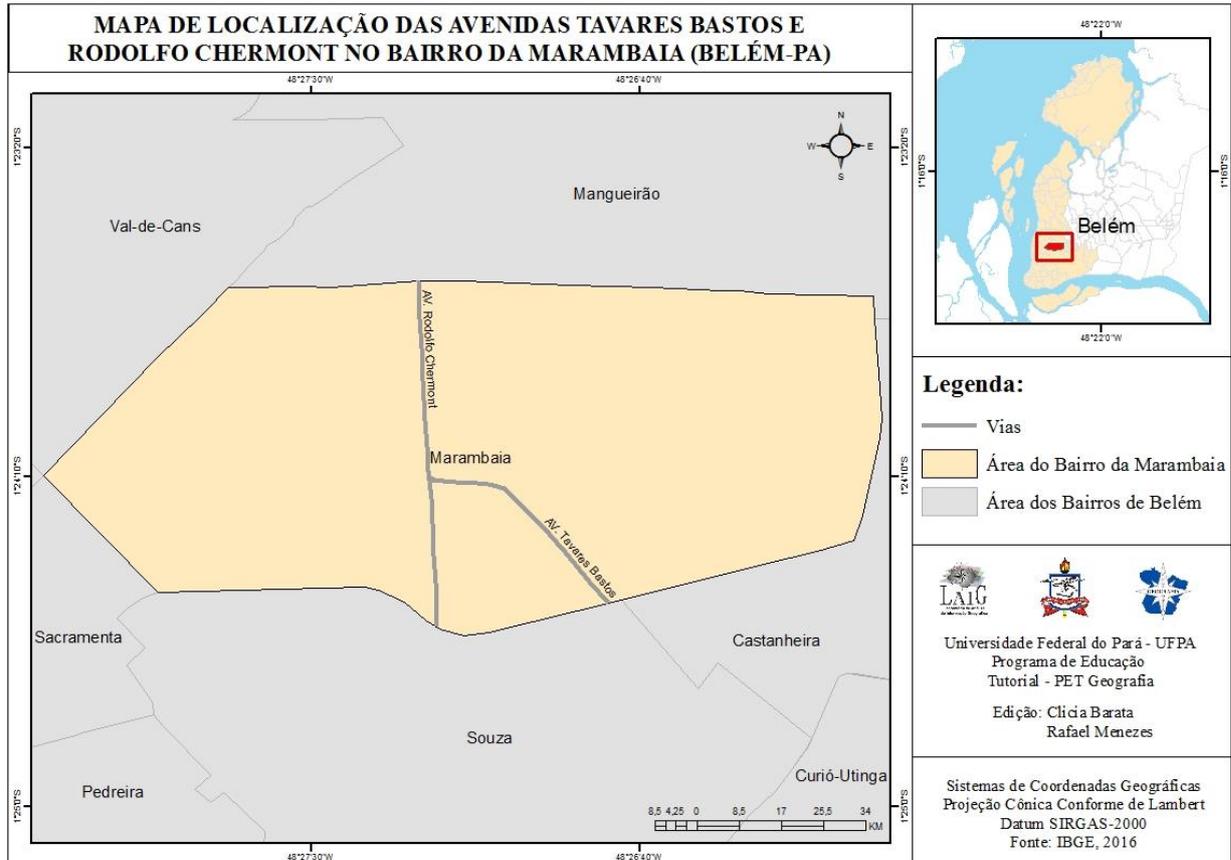
A localização antes caracterizada como uma ocupação típica das “baixadas” com uma população pobre se tornou muito valorizada do ponto de vista do mercado imobiliário. A Avenida Visconde de Souza Franco construída nas marginais do igarapé é umas das principais vias da cidade, as obras favoreceram os bairros de Nazaré, Reduto e Umarizal, mas foi no último que são vistas as transformações mais intensas (CARDOSO e VENTURA NETO, 2013), atualmente este bairro é o que apresenta um dos metros quadrados mais caros da cidade, lá estão torres de apartamentos e escritório de alto padrão, além de reunir equipamentos de serviço e comércio. Nas palavras de Cardoso e Ventura Neto (2013), a drenagem da bacia das Armas liberou terra e saneou socialmente a área, incorporando-a no setor imobiliário de mercado. A maior parte das famílias deslocadas pela macrodrenagem das Armas foi

reassentada para aproximadamente 9 km de onde residiam. O destino foi o Conjunto Nova Marambaia, primeiro conjunto construído pela COHAB/PA, o conjunto é localizado na extensão do bairro da Marambaia, no início da Rodovia Augusto Montenegro que na época era uma área distante e de difícil acesso além de ainda não ser urbanizada (TRINDADE, 1998). O conjunto foi entregue em fevereiro de 1968, com 834 casas entregues das 2.500 previstas, e representou o início da Rodovia Augusto Montenegro como vetor de expansão da cidade, sobretudo para construções de conjuntos habitacionais (LEÃO, 2013, p. 69-71).

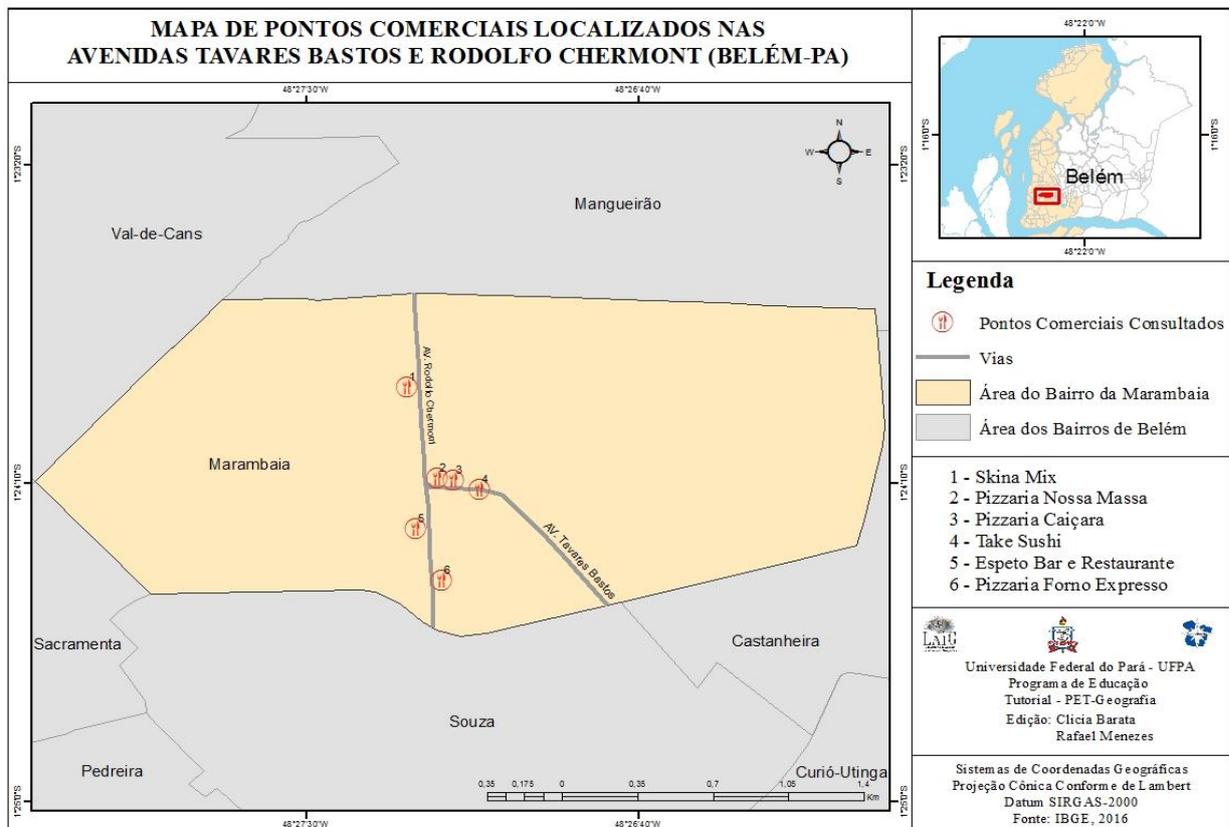
A formação socioespacial do bairro apresenta uma preponderância de construções destinadas a moradia que denotam o caráter residencial no qual a Marambaia foi constituída inicialmente, valendo ressaltar que nos últimos anos tem ocorrido um considerável processo de verticalização, como bem relatam Dias e Neves (2014). Desse modo, investimentos em infraestrutura básica por parte do poder público aliado à intensa dispersão dos serviços da cidade em direção a Avenida Augusto Montenegro (importante via que liga o centro da cidade a outros distritos), propiciou uma valorização imobiliária considerável a essa área urbana antes caracterizada como periferia. Com isso, espaços de serviços, lazer e consumo foram sendo demandados pela população ali residente transformando-a em uma importante área comercial dentro da rede intraurbana da RMB (Região Metropolitana de Belém), na medida em que esses serviços são procurados e frequentados por outros moradores da cidade, tendo como suas principais concentrações comerciais as Avenidas Tavares Bastos e Rodolfo Chermont.

A Avenida Tavares Bastos é uma importante via do bairro, podendo ser considerada como a principal, considerando a sua localização privilegiada e considerável rede de serviços (supermercados, instituições de ensino, prédios comerciais e residenciais). Enquanto a Rodolfo Chermont é uma via secundária, que também apresenta uma disposição volumosa de serviços e espaços públicos (como a praça Dom Alberto Ramos e uma feira livre). Em razão da concentração dos serviços e da circulação de pessoas nessas duas vias, selecionamos para a finalidade desta, estas duas vias como referência empírica na coleta de dados. Os mapas 1 e 2, demonstram a localização das vias no bairro e os pontos comerciais onde a pesquisa foi realizada, respectivamente.

Mapa 1:



Mapa 2:



2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CONTEXTO CAPITALISTA E A NOÇÃO DE CIDADANIA

Dentro da lógica capitalista, o espaço urbano constitui-se como uma mercadoria necessária para a reprodução deste, onde o consumo tem aí grande relevância ao pautar as diversas formas nas quais o capital concebe esse espaço sempre em busca de acumulação. Porém, esse mesmo espaço, além de condicionar as ações praticadas dentro deste, é capaz também de influenciar outras podendo ressignificar as formas nas quais o mesmo espaço pode ser pensado para um determinado fim e ser subvertido a outros. Sendo então o espaço urbano um reflexo material da sociedade em uma de suas dimensões, diversos são os fatores que retrataram as relações sociais no cotidiano das cidades. Chama-se a atenção em especial para a influência do medo da violência urbana como um aspecto expressivo na compreensão desta dimensão para o funcionamento das relações de consumo na cidade.

O espaço urbano, fruto também, das relações contraditórias do capital, apresenta diferentes formas de apropriação e uso, dentre elas a dimensão do consumo, cada vez mais presente no

cotidiano dos sujeitos na cidade, contudo, este consumo é também marcado pelas diferenças de classe dos diferentes sujeitos, ratificando a lógica de expropriação inerentes ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, a privatização dos bens de consumo coletivo, tem se apresentado como elemento fundante no contexto recente, de modo que o papel do Estado na lógica neoliberal marca a precarização dos bens e serviços públicos e o mercado passa a assumir esse papel, e os sujeitos por sua vez, no uso individual e coletivo do espaço urbano de seus equipamentos, bens e serviços, vê-se cada vez mais e envolvido pelo caráter alienante do capital, no sentido que, acaba por abandonar o caráter coletivo de sua reprodução social nas lutas por melhorias nessa condição, e prima pela melhoria individual dos bens e serviços fundamentais, tais como moradia, saúde, educação, transporte e segurança, em que a privatização apresenta-se como a principal forma de acesso a esses bens e serviços.

É nesse ponto que Santos (2007), chama atenção para a diferenciação, no contexto brasileiro, entre o cidadão e o consumidor. Essa distinção vai se formar no Brasil, conforme aponta o autor a partir dos seguintes elementos:

O modelo econômico que conduziu ao chamado ‘milagre econômico’ vai buscar suas raízes nos mesmos postulados que levaram a supressão de liberdades civis, acusadas então como um fermento deletério, capaz de levar o país a anarquia. Trata-se, também, de um modelo político e social, responsável tanto pela eliminação do embrião de cidadania que então se desenvolvia, como pela opção de alargamento de uma nova classe média em detrimento da massa de pobres que o ‘milagre’ não apenas deixou de suprimir, como também aumentou. O crescimento assim obtido, fundado em certos setores produtivos e baseado em certos lugares, veio a agravar a concentração da riqueza e as injustiças, já grandes, de sua distribuição. Entre as pessoas e entre os lugares. Como tal crescimento se fazia paralelamente ao apelo a um consumo impossível de se generalizar, as linhas de crédito abertas para fortalecer os produtores ajudaram a agravar as desigualdades e a santificar as distorções (SANTOS, 2007, p.26).

Ainda como demonstra o autor, a formação do consumidor em detrimento do cidadão, reforça a ideia da perda de um senso de coletividade, de uma maior sociabilidade cotidiana, para a privatização, não apenas do consumo dos bens e serviços comuns, mas também, da vida dos sujeitos individual e coletivamente.

Em lugar do cidadão surge o consumidor insatisfeito e, por isso, votado a permanecer consumidor. Sua dependência em relação aos novos objetos limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz a possibilidade dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, porque simbólicos em sua própria origem. A comunicação entre as pessoas é frequentemente intermediada por coisas.

Frequentemente os movimentos de massa também se esgotam nas coisas, tendo uma lógica mais instrumental que existencial. As mobilizações são locais ou setoriais. A socialização capitalista, originária de uma divisão de trabalho que a monetarização acentua, impede movimentos globais e um pensamento global. A reivindicação de um não raro representa um agravo para o outro. A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une (SANTOS, 2007, p.29-30).

Assim, a cidadania em detrimento do consumo, teria suas bases assentadas em um rompimento do próprio modo de produção, visto que as contradições de classe que se materializam no espaço e na vida cotidiana dos sujeitos, são a base para a permanência deste modo de produção, de modo que ele se “alimenta”, das contradições e da expropriação.

Dessa maneira, Harvey (1980), remete essa mudança ao que denomina de *justiça social territorial*, ele assim a caracteriza:

1 A distribuição de renda deveria ser tal que (a) as necessidades da população dentro de cada território fossem localizadas, (b) os recursos fossem então alocados para maximizar os efeitos multiplicadores intersetoriais, e (c) os recursos extras fossem alocados para ajudar a resolver as dificuldades específicas emergentes do meio físico e social.

2 Os mecanismos institucional, organizacional, político e econômico deveriam ser tais que as perspectivas do território menos favorecido fossem tão grandes quanto possivelmente pudessem ser.

Se essas condições fossem satisfeitas haveria uma distribuição justa alcançada com justiça (HARVEY, 1980, p.99).

Contudo, devemos observar que num contexto de reprodução do modo de produção capitalista, tal como está estruturado, essas transformações estruturais dependem em primeiro lugar de uma tomada de consciência dos sujeitos, na medida em que, tais transformações só se tornarão possíveis quando estes forem sujeitos de sua própria história, e não apenas dominados pela lógica de reprodução do capital que os condiciona ao consumismo e ao pensamento individual, em detrimento de sua coletividade e cidadania.

Nesse sentido, a dimensão da cidadania também está associada ao papel do Estado ao criar, ou não, condições, através de investimentos em áreas fundamentais para a reprodução social, priorizando alguns em detrimento de outros, tal como apontou Santos (2007):

Os reclamos de ordem social são atendidos com o que sobra de outras prioridades, consideradas mais prioritárias e que, de maneira geral, se incluem na órbita do econômico, político, do militar e do estratégico. Por isso, as somas devotadas a educação, a saúde, a cultura, ao lazer estão sempre se reduzindo, enquanto aumentam as necessidades reais criadas pela pressão da modernidade. O resultado são os déficits permanentes e crescentes nessas áreas (SANTOS, 2007, p.158).

Assim, a construção da cidadania, prescinde da garantia a direitos essenciais e necessidades reais para o conjunto diverso de sujeitos na cidade, de modo que estes possam sentir-se parte integrante e integradora da sociedade como um todo, não apenas como consumidores, mas como cidadãos plenos.

2.3 O USO DO ESPAÇO NO BAIRRO DA MARAMBAIA A PARTIR DO CONSUMO E AS TRANSFORMAÇÕES NO COTIDIANO A PARTIR DA VIOLÊNCIA URBANA

Com a crescente percepção do medo nas grandes cidades nos últimos anos, os espaços de consumo como bares e restaurantes vem sendo diretamente afetados pela baixa frequência dos clientes que procuram cada vez mais locais que disponibilizem uma maior segurança e comodidade representados hoje pelos *shopping centers*. Isso exige com que os comércios do setor terciário procurem se adaptar e encontrar maneiras de lidar com esse problema e minimizar seus efeitos no faturamento seja no investimento em segurança privada ou nos serviços *delivers*. Isso vem representando uma produção de novas formas de consumo pela cidade onde o medo de sofrer alguma violência participa como condicionante social na vida dos cidadãos. O impacto da sensação de insegurança nos centros urbanos pode ser sentido em diferentes graus e em diversos contextos o que dificulta a compreensão dos limites de sua atuação baseando-se na subjetividade e particularidade dos indivíduos. Porém, seus reflexos no modo de consumo representados em dados podem demonstrar os custos do medo da violência para a economia urbana e possibilitar uma análise acerca da proporção espacial e econômica deste fenômeno.

Santos (2004) ao tratar da economia urbana, chama atenção para a constituição de dois circuitos, quais sejam, circuito superior e circuito inferior, em que circuito superior se caracteriza por (alto grau de tecnologia, organização burocrática, importantes capitais, emprego reduzido, trabalho predominantemente assalariado, grandes estoques, preços geralmente fixos, crédito bancário institucional, margem de lucro pelo volume dos negócios, relações com a clientela impessoais, ajuda governamental importante e grande dependência do mercado externo, dentre outras características); o circuito inferior por outro lado se caracteriza por (baixo grau de tecnologia, organização primitiva, capitais reduzidos, emprego volumoso, trabalho assalariado não obrigatório, pequena quantidade e qualidade inferior de estoques, preços discutidos entre comprador e vendedor, crédito pessoal não institucional, margem de lucro elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios, relações diretas e personalizadas com a clientela, ajuda governamental nula ou quase nula, dependência do mercado externo mínima ou nula).

Tal diferenciação aqui se aplica tanto para os estabelecimentos selecionados para a coleta de dados, quanto para os serviços de segurança das prestadoras privadas, que em ambos os casos estão relacionadas ao circuito inferior da economia urbana. Essa distinção é importante ser destacada nesse caso, visto que os moradores, consumidores do bairro se encontram nas faixas de renda entre baixa e média.

Tabela 1: Pessoas de 10 anos ou mais por classe de rendimento nominal mensal no bairro da Marambaia – 2010

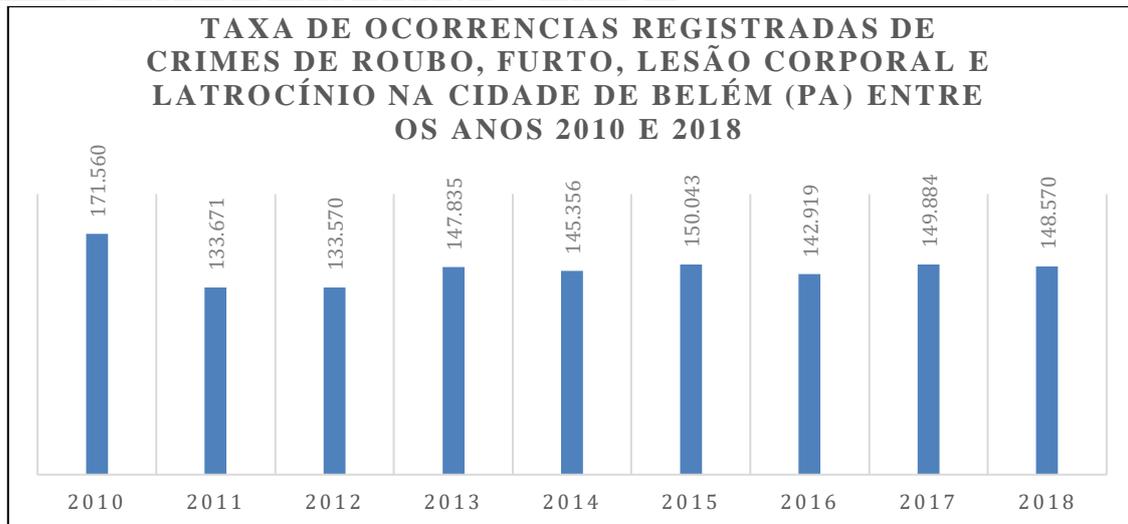
Valores em salário mínimo	Quantidade	Percentual (%)
½ salário mínimo	1,868	3,67%
½ a 1 salário mínimo	12,410	4,57%
1 a 2 salários mínimos	9,101	5,13%
2 a 5 salários mínimos	7,554	6,50%
5 a 10 salários mínimos	3,267	6,44%
Acima de 10 salários mínimos	1,112	4,29%
Sem rendimentos*	9,777	69,4%

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

* A categoria “sem rendimentos” inclui as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Assim, a pesquisa buscou destacar elementos nos espaços de lazer e consumo considerando circuito de bares e restaurantes no bairro da Marambaia, especialmente aqueles localizados nas avenidas Rodolfo Chermont e Tavares Bastos, identificadas com as de maior circulação de pessoas e concentração de serviços no bairro. As questões dos formulários levaram em conta fundamentalmente a identificação da ideia da insegurança no bairro nos últimos anos, em decorrência do aumento da violência urbana não apenas no bairro, mas na cidade de modo geral.

Gráfico 1:



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP/PA), 2019.

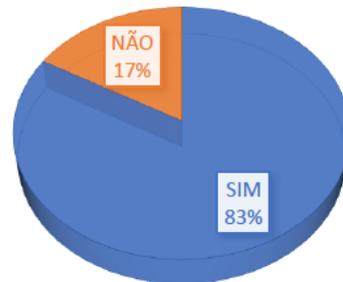
Desse modo a seguir apresentaremos os resultados mais significativos da pesquisa, no que diz respeito a percepção dos sujeitos quanto a violência urbana e a sensação de insegurança, bem como a dimensão do cotidiano em razão destas questões.

Em uma primeira análise, os dados apontaram que tanto proprietários, quanto consumidores/moradores do bairro identificaram um crescimento na sensação de insegurança, e vêm como medida de melhoria o aumento de policiamento (política de segurança pública). Outro elemento apontado é uma mudança no cotidiano tanto no funcionamento dos espaços de consumo, quanto no consumo dos indivíduos.

Os gráficos 2, 3 e 4 referem-se a pesquisa realizada com os proprietários dos estabelecimentos selecionados para pesquisa.

Gráfico 2:

EXPERIÊNCIA COM VIOLÊNCIA DENTRO DO ESTABELECIMENTO OU NAS PROXIMIDADES (SIM OU NÃO)

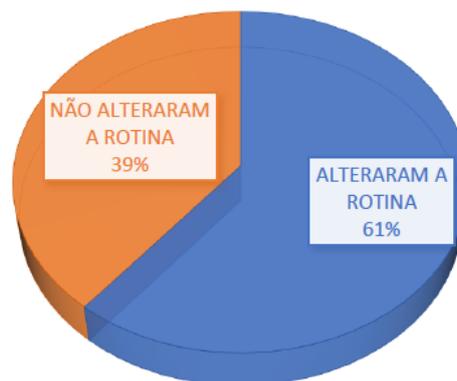


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O gráfico 2, demonstra experiências vivenciadas pelos proprietários e/ou por estabelecimentos no entorno, em que 83% disseram ter vivenciado ou notificados violência nas proximidades.

Gráfico 3:

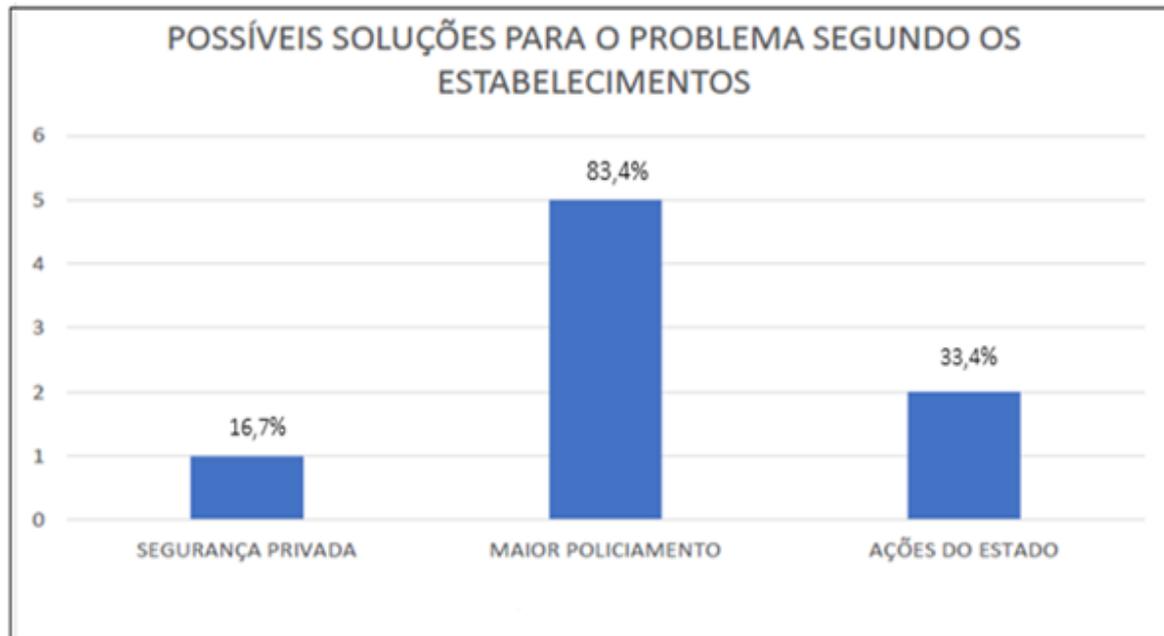
MODIFICAÇÕES DE ROTINA EM DECORRÊNCIA DA INSEGURANÇA



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O gráfico 3, revela que houve alterações na rotina dos estabelecimentos em 61% dos estabelecimentos levantados. Estas alterações se deram, conforme os entrevistados, especialmente no que se refere a contratação de empresas de segurança privada, instalação de equipamentos de vigilância e horários de fechamento do estabelecimento.

Gráfico 4:



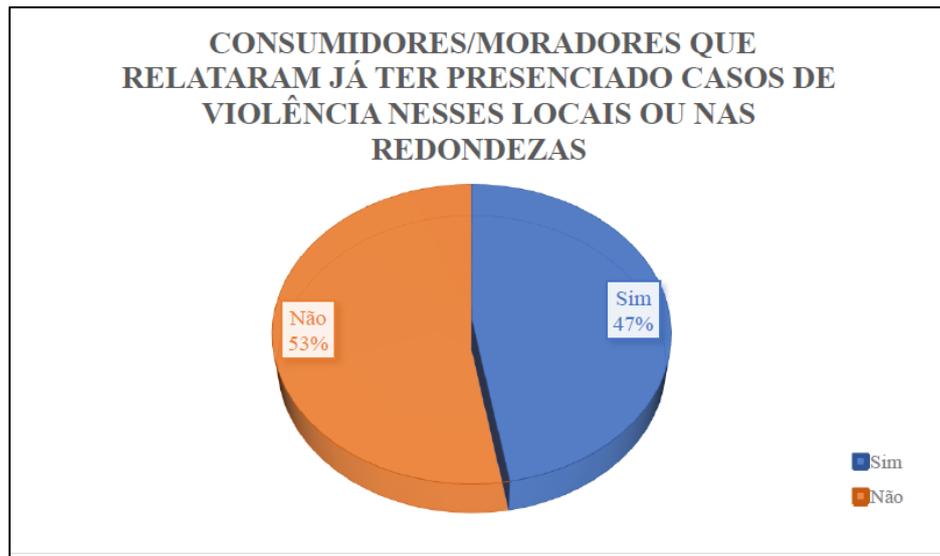
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quanto ao gráfico 4, este destaca as possíveis soluções identificadas pelos estabelecimentos para a questão da violência no bairro. Os dados indicam que dentre as três respostas sugeridas no formulário (segurança privada, aumento de policiamento e ações do Estado/políticas públicas), aumento do policiamento foi a alternativa com maior número de respostas.

Os gráficos 5, 6 e 7 apresentam as respostas dos consumidores/moradores sobre a dimensão da violência e insegurança no bairro, para os quais foram aplicados trinta e nove (39) formulários no total.

No gráfico 5, foi identificado que 47% dos moradores/consumidores já presenciaram casos de violência no bairro, nos locais da coleta de dados ou nas redondezas.

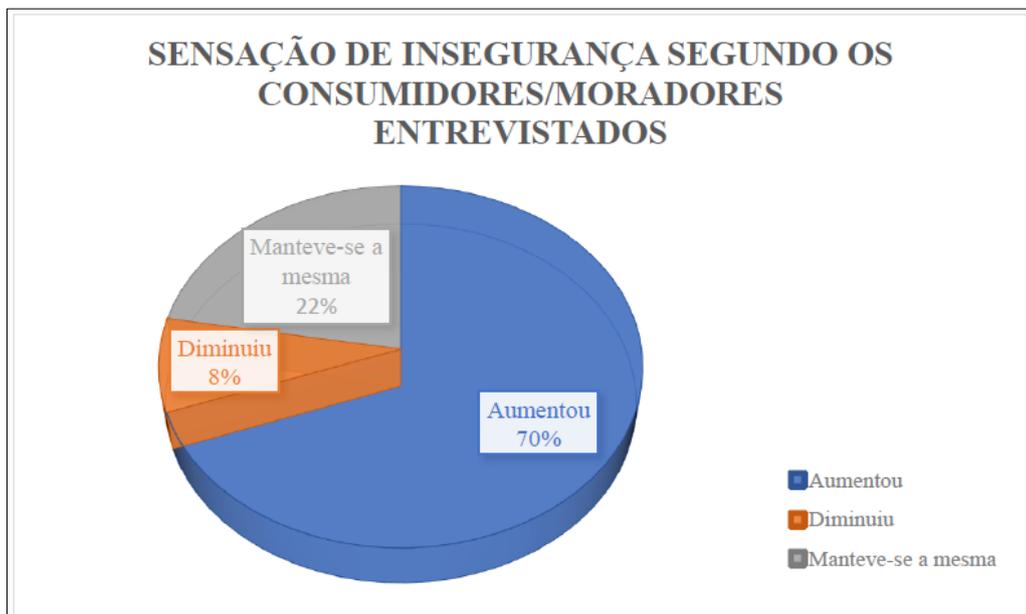
Gráfico 5:



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O gráfico 6 apresenta a dimensão da sensação de insegurança no bairro nos últimos anos, conforme os consumidores/moradores alvo da pesquisa, em que 70% disseram ter identificado um aumento, 22% afirmaram não ter nenhuma mudança, embora isso demonstre que não diminuiu, e 8% disseram ter diminuído.

Gráfico 6:

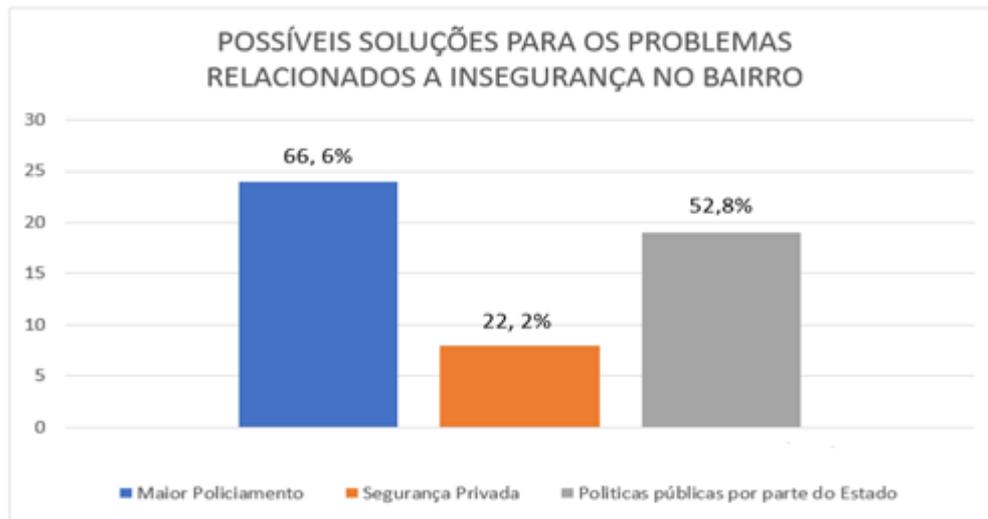


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No gráfico 7, identificamos as possíveis soluções para a questão da violência conforme a opinião de moradores/consumidores. Estes afirmaram semelhante percentual tanto em relação à

segurança privada, quanto as ações do Estado, o aumento de policiamento foi a alternativa mais escolhida entre os entrevistados.

Gráfico 7:



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os impactos desse fenômeno logo são sentidos na economia do bairro onde verifica-se cada vez mais a influência do medo, em razão da violência, como fator capaz de modificar o modo de consumo dos cidadãos, afetando de maneira significativa o cotidiano dos sujeitos.

Conforme apontado anteriormente, o bairro da Marambaia se caracteriza por uma população em sua maioria com renda média na categoria “sem rendimentos”, o que por sua vez sugere uma negligência por parte do Estado, em relação ao fomento de políticas públicas de emprego e renda. Por outro lado, a partir deste elemento e dos dados levantados na pesquisa, observa-se um aumento crescente na violência, como demonstram os dados da polícia civil do Estado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa apontaram que tanto proprietários, quanto consumidores/moradores do bairro identificaram um crescimento na sensação de insegurança, e vêm como medida de melhoria principal o aumento de policiamento (política de segurança pública). Outro elemento identificado é uma mudança no cotidiano tanto no funcionamento dos espaços de consumo, quanto ao consumo dos indivíduos.

A ausência de políticas públicas mais eficazes em relação à segurança e a promoção de emprego e renda, contribui para certa privatização do espaço público, na medida em que os dados apontam para uma percepção dos sujeitos em que a diminuição imediata da violência urbana se daria a partir de empresas de segurança privada, em detrimento de uma política de segurança pública e/ou políticas a longo prazo direcionadas para educação, emprego e renda.

Essa privatização também contribui para a precarização da vida cotidiana, do uso do espaço público, visto que os sujeitos passam a frequentar e consumir mais em estabelecimentos privados, em razão de uma sensação de maior segurança, levando a um abandono da rua como espaço de circulação e consumo.

Portanto, reforça-se a importância de uma reflexão acerca da dimensão espacial do medo na cidade como forma de compreender esse fenômeno, a fim de apontar a necessidade de pensar sobre os impactos político-sociais para o direito a cidadania. A sociabilidade pautada no medo cotidiano tem como resultado o enfraquecimento da ação política dos indivíduos refletindo em seus hábitos e, principalmente, nos espaços nos quais estes estão inseridos. O esvaziamento do espaço público torna-se apenas a ponta deste *iceberg*, ao demonstrar que esse é apenas um sintoma de problemas mais complexos existentes nas grandes cidades.

4 REFERÊNCIAS

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP): **Bairro Marambaia**. Disponível em: >
<http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/Marambaia.htm> < Data do acesso: 26 de maio de 2019.

DIAS, Felipe; NEVES, Evandro. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BAIRRO DA MARAMBAIA, BELÉM-PA: um estudo de caso**. VII CONGRESSO DE GEÓGRAFOS. Vitória, 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annabume, 2005.

_____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br> > Data de acesso: 05 de julho de 2019.



_____. **Dados estatísticos da população, extensão territorial e coordenada do município de Belém.** 2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> >. Acessado em 26 de maio de 2019.

LEÃO, MONIQUE BENTES MACHADO SARDO. **REMOÇÃO E REASSENTAMENTO EM BAIXADAS DE BELÉM:** Estudos de caso de planos de reassentamento (1980-2010). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2013.

PARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA). **Portal da Transparência.** Disponível em: < <http://transparencia.segup.pa.gov.br> >. Data de acesso: 05 de julho de 2019.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007. (Coleção Milton Santos;8).

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção Milton Santos;4).